

ALGUMAS SUGESTÕES SOBRE O NOVO PAPEL DA EXTENSÃO RURAL FRENTE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL¹

Ricardo Moncorvo Tonet²

1 - INTRODUÇÃO

O modelo unicamente tecnicista adotado pela Revolução Verde, como instrumento de desenvolvimento do setor agrícola, levou a uma situação de crise econômica, política e ambiental, representada, por exemplo, pela degradação dos recursos naturais como o assoreamento e contaminação dos recursos hídricos e os processos erosivos; pelo empobrecimento da população do meio rural, pelo êxodo rural e pelo crescente aumento dos custos de produção.

Esse processo de desenvolvimento foi perfeitamente assimilado pela extensão rural que, nesse contexto histórico de “modernização”, exercia suas funções de difusão e transferência de tecnologia, de acordo com as práticas difusionistas, adotadas em razão da Teoria da Difusão de Inovações (ROGERS, 1969), sem as devidas considerações com o espaço e o público trabalhado.

Ao contrário dos objetivos tradicionais que nortearam a ação extensionista - atuar visando o aumento de produção e da produtividade da agropecuária, para com isso chegar ao aumento da renda e do bem-estar das famílias rurais (CAPORAL; RAMOS, 2006) - o novo papel da extensão rural deve ser: *“estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações”* (MDA, 2005).

Entende-se, ainda, em relação ao espaço rural, que esse deve ser considerado e transformado num local de atividades econômicas múltiplas e dinâmicas, que permitam às pessoas

que ali vivem acesso a condições dignas de vida, semelhante às daquelas das regiões urbanas. Esse processo de desenvolvimento local deve ser definido pela comunidade, poder público, movimentos e organizações populares, na busca de um projeto comum para o futuro do seu território, identificando e valorizando os potenciais e riquezas locais (TURENS; BÚRIGO, 1999). Essa ação articulada do conjunto dos diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, para a construção de um projeto estratégico que oriente as ações em longo prazo, necessita de uma nova postura e de ações voltadas para a construção de um objetivo comum (VEIGA et al., 2001), inclusive com uma nova postura da extensão rural.

2 - DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento, em sua formulação teórica mais ampla, segundo Esteva (1996), significa a realização de potencialidades sociais, culturais e econômicas da sociedade, em perfeita sintonia com o seu entorno ambiental.

Segundo Soares (2006), o desenvolvimento tem um forte apelo à participação social, seja nos vários tipos de conselhos municipais, seja nos fóruns e espaços públicos de discussão e deliberação política, na qual a sociedade, juntamente com o poder local, assume o papel de protagonista desse processo.

Para Soares (2006), a noção de desenvolvimento implica o aumento de bem-estar com mudança na estrutura econômica e social; envolve a sociedade inteira, em todos seus aspectos. Diferentemente, o crescimento é uma noção mais simples, se refere ao aumento das atividades de produção de bens e serviços, porém não forçosamente implica mudança da estrutura, não envolve a sociedade inteira em todos os seus aspectos. O conceito de desenvolvimento contém em si a idéia de crescimento.

¹ Registrado no CCTC, IE-27/2008.

² Engenheiro Agrônomo, Mestre, Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) (e-mail: ricardotonet@cati.sp.gov.br).

O desenvolvimento abriga uma multiplicidade de fatores que envolvem aspectos econômicos, sociais e políticos, entre outros, que devem ter em conta os valores e atitudes de uma população específica.

Assim, é cada vez mais difícil conceber o meio rural apenas por uma análise setorial, enfocando atividades econômicas, que historicamente o caracterizam como meio da produção agrícola. A complexidade das relações produtivas e a reorganização do espaço rural levaram esse espaço a demandar uma nova dinâmica, marcada pela revalorização da natureza e pela interligação econômica entre os setores econômicos. Nesse contexto, tomam relevância as atividades não-agrícolas que passam a compor parcela significativa da renda no meio rural. Nessa perspectiva, o meio rural torna-se multifuncional e articulado ao meio urbano e por isso tem sido denominado de “novo rural” (SOARES, 2006).

O que convencionalmente vem sendo chamado de “novo rural brasileiro”, na verdade se trata de uma re-configuração produtiva e política em andamento nos espaços rurais, já bastante conhecida em países desenvolvidos. Portanto não é propriamente um processo original e inovador em si. Esse fenômeno não ocorre igualmente em todos os espaços rurais, sendo essa dinâmica mais intensa e freqüente em algumas regiões do que em outras (SOARES, 2006).

A reorganização do espaço rural se trata propriamente de uma mudança do papel e função do meio rural, no contexto das relações global e local, particularmente, em relação à forma como o meio rural se articula com o meio urbano, suscitando a criação e a recriação de novas atividades produtivas (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002), que passam por:

- uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias;
- um conjunto de atividades não-agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos especiais de mercados.

Muitas dessas atividades foram criadas a partir de demandas diferenciadas, surgindo os chamados nichos de mercado, algumas a partir da valorização do meio rural como espaço de moradia e lazer (turismo rural) e outras como

decorrência de atividades de proteção da natureza. Nesse processo, o meio rural deve se aproximar de uma dinâmica territorial, que enseje modelos e/ou arranjos produtivos que valorizem a identidade local, os recursos naturais, o capital humano e social existentes. Dessa forma, o desenvolvimento rural não significa necessariamente a urbanização rural - que não pode ser confundido com revalorização do espaço rural - e muito menos a implantação somente de uma agricultura moderna, pois depende da forma como se insere nos processos de integração local e global e de sua articulação com o meio rural (SOARES, 2006).

Sintetizando, a perspectiva do desenvolvimento rural a partir da noção territorial e das novas ruralidades compreende as seguintes características (SOARES, 2006):

- o desenvolvimento rural não significa urbanização do meio rural;
- o dinamismo rural depende das relações de interdependência com o meio urbano;
- desenvolvimento rural pressupõe planejamento de ações para aproveitamento dos atributos particulares voltados para mercados que valorizem a paisagem, a biodiversidade, a qualidade e a cultura local.

O desenvolvimento enseja uma trajetória de mudanças estruturais e não apenas conjunturais, ou seja, é necessário transformar em longo prazo a educação, conforme Veiga et al. (2001), que citam os serviços educacionais de nível médio e superior, além das mais diversas formas de lazer, que ajudariam a reduzir os estímulos à emigração juvenil, ou pelo menos retardaria, em áreas rurais; e melhoraria a qualidade de vida das pessoas através de saneamento básico, saúde, moradia, segurança, entre outros (SOARES, 2006).

Desenvolver é alcançar uma condição de equilíbrio social, político, econômico e ambiental enraizado na sociedade, de tal maneira que seja capaz de assegurar a continuidade independente das variações contingenciais negativas. O desenvolvimento local se insere nessa perspectiva, trazendo consigo a premissa da participação efetiva da sociedade civil, diretamente ou através de suas representações, que juntamente com o poder público e as instâncias econômico-produtivas podem debater seus problemas e soluções (SOARES, 2006).

De acordo com Franco (1998), a noção de desenvolvimento local implica não somente o

crescimento econômico, mas também o aumento dos graus de acesso das pessoas, o que inclui não só a renda e a riqueza, mas também o conhecimento e a capacidade de influir nas decisões públicas.

Por desenvolvimento rural sustentável o Conselho da Comunidade Solidária, ligado à Presidência da República, considera ser: *“um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando de suas vantagens locais”*.

No que se refere à promoção do desenvolvimento local, especialmente quanto à produção agropecuária, a idéia é aperfeiçoar o uso de recursos disponíveis no próprio local, combinado com os diferentes componentes do sistema agrícola, isto é, plantas, animais, solo, clima e população, de modo que complementem uns aos outros, e que tenham o maior sinergismo possível (ALTIERI, 2000).

Deve-se, ainda, privilegiar a diversificação, não somente a agrícola, mas a introdução da pluriatividade, favorecendo também atividades no setor secundário e terciário, como forma de desenvolvimento da economia rural, uma vez que uma região rural terá um futuro tanto mais dinâmico quanto maior for a capacidade de diversificação da economia local, impulsionada pelas características de sua agricultura, deixando-se claro, no entanto, que a dominação exclusiva da agricultura pode se transformar no maior vilão do desenvolvimento rural (VEIGA et al., 2001).

Nesse sentido, regiões com forte presença da agricultura familiar têm maior possibilidade de diversificar a economia rural, visto que, segundo Veiga et al. (2001), pequenas empresas comerciais, artesanais ou proto-industriais, que mais diversificam as economias locais, surgem nesse tipo de organização. Além disso, uma necessidade objetiva incita essas famílias a também exercerem atividades externas à agropecuária.

Outro fato relevante diz respeito às articulações intermunicipais, ou ao conceito de território ou regionalização, visto que, segundo Veiga et al. (2001), qualquer projeto de desenvolvimento deverá conter diretrizes, objetivos e

metas que favoreçam sinergias entre os setores primários, secundários e terciários de suas economias locais. Além disso, seria preciso incentivar todas as formas de empreendedorismo, que possam explorar vantagens comparativas e competitivas de seus territórios. Para os municípios rurais, essa influência positiva de fixação de diretrizes, objetivos e metas só poderá ser alcançada através de articulações locais, com os demais municípios de cada microrregião, via, por exemplo, o estabelecimento de consórcios municipais. Nesse sentido, o papel das prefeituras municipais torna-se fundamental, inclusive necessitando de uma nova postura do poder público municipal para facilitar essas articulações.

Pode-se considerar, portanto, que o território hoje se caracteriza, então, como uma trama de relações complexas envolvendo Estado, sociedade e mercado, sendo por isso incorporado aos ditames do desenvolvimento local (SOARES, 2006).

3 - O PAPEL DA EXTENSÃO RURAL

A extensão rural no Brasil surgiu no pós-guerra, em Minas Gerais, de acordo com o modelo dos Estados Unidos, como resposta do Estado a uma exigência da expansão inicial do capitalismo no campo, dada a necessidade da indústria brasileira, que se implanta a partir de 1930, conjugando crédito rural, conhecimento tecnológico e difusão de técnicas agropecuárias, através de assistência técnica (FERNANDES, 2008).

Somente em 1952 o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) passou a desenvolver suas ações com o objetivo de educar, mas sempre buscando uma conciliação entre o capital e o trabalho, para amortecer os conflitos sociais e possibilitar a penetração e acumulação capitalista no campo, através de pacotes tecnológicos e programas apoiados pelo capital internacional, sendo que nessa fase do “milagre econômico”, até meados dos anos 1970, possibilitaram um grande crescimento dos serviços de ATER (FERNANDES, 2008).

A crise econômica da década de 1980, a abertura política, a reforma administrativa e a política neoliberal de modernização do Estado levam a uma crise dos serviços de extensão rural em todo o Brasil, mesmo com um novo direcionamento à extensão rural como prática edu-

cativa e de metodologia de participação e organização dos pequenos produtores (FERNANDES, 2008).

Somente em 1995, com a realização em Brasília do Seminário Nacional Agricultura Familiar e Extensão Rural e com a criação do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) é que se iniciou uma reestruturação da ATER no Brasil, culminando, em 2003, com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2005), em que é estabelecida a missão da Assistência Técnica e Extensão Rural: *“Participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção e execução de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, centrado na expansão e fortalecimento da agricultura familiar e das suas organizações, por meio de metodologias educativas e participativas, integradas às dinâmicas locais, buscando viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade”*.

A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI, 1998), órgão do Governo do Estado de São Paulo para a assistência técnica e extensão rural, define, a partir de uma nova visão, a extensão rural e a assistência técnica como a ação ou trabalho realizado pelos técnicos, no sentido de levar conhecimento aos produtores e às suas famílias, de forma que produzam mais e melhor, a custos menores e que obtenham maiores rendas. A assistência técnica enfoca basicamente o produto e as explorações; já a extensão rural é mais abrangente, enfoca o homem e preocupa-se com a vertente social.

No Plano de Extensão Rural para o Fortalecimento da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo, a CATI define como referenciais para as suas ações: o desenvolvimento sustentável (econômico, ambiental, social e político); a gestão social; o planejamento participativo e o resgate da cidadania e a ação consciente (CATI, 2001).

A CATI define como sua missão: *“Promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas, com envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas”*, já buscando em sua missão atender aos princípios de desenvolvimento rural sustentável, enfoque participativo e parcerias.

Nota-se, ainda, que a atividade rural no Estado de São Paulo tem passado por profundas modificações e não pode ser tomada como um conjunto de atividades agropecuárias e/ou agroindustriais. O meio rural ganhou novas funções, podendo oferecer água, ar, turismo, lazer entre outras (FONTES, 2002).

Alguns autores, como Navarro (1999), já colocam que, em se tratando de extensão rural, a equipe extensionista, caso pretenda obter bons resultados, deve trabalhar em nível de comunidade com diagnóstico rural, lembrando que cada comunidade é diferente, levando esse diagnóstico a um planejamento, para que o próprio homem rural possa atuar como ator de sua própria mudança.

Entende-se que esse atuar com enfoque participativo significa recolocar o homem no centro do processo⁷, e aqui se incluem tanto o extensionista, o agricultor, o consumidor como todos aqueles que integram o universo rural. O enfoque participativo, através da problematização da realidade e ação (reflexão), é entendido como forma de resgatar a cidadania e tornar presente a ação política, social, econômica, cultural dos diferentes atores, construindo e reeditando novos laços e pactos sociais de solidariedade e de contribuição voluntária, permitindo o crescimento do espírito cooperativo, sem que isso signifique o desaparecimento da individualidade, mas também proporcionando uma (re)leitura do coletivo (RAMOS, 2006).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, portanto, que há necessidade de um novo papel ou postura da extensão rural frente às necessidades atuais, devendo os trabalhos de extensão rural estar baseados no desenvolvimento ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, e, ainda, segundo Graziano da Silva; Del Grossi; Campanhola (2002), adequado ao novo perfil do meio rural brasileiro. Isso porque, entre outros fatores, o número de trabalhadores rurais e famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas vêm diminuindo rapidamente, sendo que, durante os anos 1990, dobrou o número de produtores/trabalhadores do meio rural, que exercem atividades não agrícolas. O “novo rural”, como tem sido denominado esse fenômeno,

compõe-se basicamente de atividades, como a agropecuária moderna, estreitamente ligada às agroindústrias, e um conjunto de atividades não agrícolas ligadas a: moradia, turismo, lazer, indústria e prestação de serviços (FREITAS; FREITAS, 2003).

Os desafios para a extensão rural frente ao desenvolvimento local sustentável passam primeiramente pelo respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do meio rural brasileiro, estimulando ações dos extensionistas junto à agricultura familiar, mediante o uso de metodologias participativas e uma pedagogia construtivista e humanista, desempenhando um processo educativo para o desenvolvimento local sustentável (PETTAN, 2005). Seria recomendável, nas ações extensionistas, a adoção dos princípios da Agroecologia, buscando uma melhor relação entre o urbano e o rural, a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento da cidadania, a produção de alimentos limpos e a necessidade de geração de ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural (MDA, 2005).

Além disso, faz-se necessário horizontalizar e democratizar os processos de gestão e de decisão, das instituições de extensão rural, sejam elas públicas ou não-governamentais, incluindo nelas a possibilidade de participação dos beneficiários. Ao mesmo tempo, o trabalho dos agentes de extensão rural deve passar a ser avaliado ou medido por resultados obtidos no médio e longo prazo e, inclusive, a partir da observação das diferentes dimensões de sustentabilidade: econômica, social, ambiental, cultural, política e ética, e não apenas dos ganhos de pro-

dução e produtividade (CAPORAL, 2006).

Vislumbra-se, ainda, conforme citado por Navarro (1999), a necessidade de um Serviço de Extensão Rural que congregue equipes interdisciplinares, e envolva não somente profissionais de ciências agrárias, mas também sociólogos, médicos, dentistas, educadores entre outros profissionais, que podem fazer parte do próprio quadro de funcionários do município.

Essa nova perspectiva de ação, além do conhecimento técnico, exige que o extensionista seja um mediador de saberes e conhecimentos, um agente impulsionador do desenvolvimento das comunidades rurais. Precisa, portanto, estar preparado para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociações e a ampliação da capacidade de decisão dos grupos sobre sua realidade, devendo criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões, melhorar o acesso dos agricultores familiares às políticas públicas e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais, dentro de uma visão e atuação sistêmica e holística (CAPORAL; RAMOS, 2006), buscando-se o equilíbrio social e ambiental no meio rural.

No entanto, o maior desafio da extensão rural é seguramente a superação das limitações na formação extensionista do quadro técnico de um novo profissional (CAPORAL, 2006), que esteja preparado para interagir com as comunidades rurais e, junto com eles, construir localmente o próprio conceito de sustentabilidade (PINTO, 1998).

LITERATURA CITADA

ALTIERI, M. **Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 110 p.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. p. 9-34.

_____; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. 2006. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater>>. Acesso em: 22 abr. 2008. [Não publicado.]

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL – CATI. **Manual de Programação em Assistência Técnica e Extensão Rural**. Campinas: Departamento de Desenvolvimento Rural, 1998. 88 p. Apostila.

COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI. **Programa estadual de microbacias hidrográficas**: seção operativa. Campinas: CATI, 2001. 191 p.

ESTEVA, G. Development. In: Sachs, W. (ed.). **The development dictionary**: a guide to knowledge as power. London: Zed Books, 1996.

FERNANDES, M. I. **A extensão rural no Brasil**. Disponível em: <<http://www.emater-rondonia.com.br/extensaorural.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2008.

FONTES, J. L. A questão ambiental e o conceito de desenvolvimento sustentável. In: COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL - CATI. **Programa estadual de microbacias hidrográficas**: ações desenvolvidas. Campinas, 2002. 72 p.

FRANCO, A. de. Desenvolvimento local, integrado e sustentável: dez consensos. **Proposta - Fase**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 78, p. 6-19, set./nov. 1998.

FREITAS, A. C.; FREITAS, P. M. **Turismo no meio rural e oportunidades de negócios**. Curitiba, PR: SENAR, 2003. 67 p.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: EMBRAPA. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, n. 1, v. 19, p. 37-67, jan./abr. 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2005. 26 p. Cartilha.

NAVARRO, A. C. **Política agrícola, desenvolvimento e extensão rural**. 1999. 18 p. Trabalho apresentado como requisito parcial para aprovação na Disciplina Extensão Rural (Mestrado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

PETTAN, K. B. As inter-relações pesquisa, ensino e extensão. In: CASTRO, C. E. F. et al. **Ponte para o futuro**. Campinas: CONSEPA, 2005. p. 49-64.

PINTO, A. G. **A construção de uma nova extensão rural**: o potencial dos técnicos da rede pública de São Paulo. 1998. 114 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas.

RAMOS, L. F. Da contradição do sujeito na extensão rural. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. p. 117-122.

ROGERS, E. M. Elementos da difusão de inovações. In: WHITING, G.; GUIMARÃES, L. L. **Comunicação de novas idéias**: pesquisas aplicáveis ao Brasil. Rio de Janeiro: Financeiras, 1969.

SOARES, G. Desenvolvimento local e territorialidade. In: TAVARES, J. R.; RAMOS, L. (Org.). **Assistência Técnica e Extensão Rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006. p. 35-52.

TURENS, V. A; BÚRIGO, F. L. Desenvolvimento local: uma nova forma de ver o espaço rural. In: SABOURIN, E. (Org.). **Planejamento municipal**. Brasília, DF: EMBRAPA, 1999. p. 9-19.

VEIGA, J. E. da et al. **O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio FIPE - IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001. 108 p.

ALGUMAS SUGESTÕES SOBRE O NOVO PAPEL DA EXTENSÃO RURAL FRENTE AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

RESUMO: *Uma nova postura da extensão rural se faz necessária frente aos novos desafios para o desenvolvimento, que deve ser articulado pela comunidade e demais atores, como o poder público, organizações não-governamentais, entre outros, no sentido de se desenhar um projeto para o futuro dentro de um determinado território, valorizando os conhecimentos potenciais e riquezas locais. Entende-se, ainda, que o espaço rural deve ser visto como um local de atividades múltiplas e dinâmicas como moradia, atividades agrícolas, atividades não-agrícolas (turismo rural, processamento artesanal de alimentos, artesanato), preservação da paisagem, conservação do meio ambiente, que permitam às pessoas, que ali vivem, acesso a condições dignas de vida, semelhante àquelas das regiões urbanas.*

Palavras-chave: *extensão rural, desenvolvimento local.*

A FEW SUGGESTIONS ON THE NEW ROLE OF RURAL OUTREACH VIS-À-VIS LOCAL SUSTAINABLE DEVELOPMENT

ABSTRACT: *Rural outreach has to take a new stance toward new development challenges. Communities, public authorities, non-governmental organizations and other stakeholders are to be involved in order to embark on a new project for the future within a specific territory while adding value to local knowledge, potential for growth and wealth. Nevertheless, it is largely understood, still, that the rural space must be seen as a place of multiple and dynamic activities such as housing, agricultural and non-agricultural development (agricultural tourism, artisan food processing, manual work), landscape preservation and environment conservation, which allows dwellers to gain worthy life conditions, similar to those of urban regions.*

Key-words: *agricultural extension, local development.*

Recebido em 14/03/2008. Liberado para publicação em 19/06/2008.